

em votação nominal, foi aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento, com voto contrário da Deputada Maria Lucia Amary. Item 13 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 140/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 031145/026/96, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e o Consórcio Habitacional de Votuporanga. Após discussão, em votação nominal, foi aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 14 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 144/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 022061/026/96, que verificou irregularidades em contrato firmado pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do estado de São Paulo) e a empresa Santa Bárbara Engenharia S/A. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 15 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 166/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018830/026/96, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado (s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo e a Construtora L.R. Ltda. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 16 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 172/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 033298/026/95, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a H. E. Engenharia, Comércio e Representações Ltda. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 17 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 189/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018849/026/96, que verificou irregularidade(s) em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a PILOTIS Construções e Comércio Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 18 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 215/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 027141/026/94, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora J. Sogame Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 19 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 283/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 025320/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a M.C. Construções Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 20 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 373/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 023512/026/92, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela METRÔ (Companhia do Metropolitana de São Paulo) e Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S/A.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 21 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 481/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018847/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Múltipla Engenharia Ltda. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 22 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 505/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028550/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e CONCI-MA S/A Construções Cíveis. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 23 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 694/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018851/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Araújo S/A de Engenharia e Construções. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 24 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 752/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 018841/026/96, que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e Araújo S/A de Engenharia e Construções. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 25 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 1043/2005, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 028542/026/96 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Empresa TELAR - Engenharia e Comércio Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de

Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 26 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 94/2006, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021030/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a Construtora Croma Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 27 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 105/2006, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 026875/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) e a empresa L. Castelo Engenharia e Construções Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Item 28 (CONCLUSIVA) - Projeto de decreto legislativo nº 117/2006, que reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 021229/026/00 que verificou irregularidades em contrato(s) firmado(s) pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e a Prudenstaca Engenharia e Construções Ltda.. Aprovado o PDL na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, conclusivamente, nos termos dos artigos 31 e 33 do Regimento Interno, reconhecendo a decisão do TCE, propondo envio de ofício ao Ministério Público e posterior arquivamento. Pela ordem, o Deputado Luiz Cláudio Marcolino sugeriu que constassem os valores dos contratos na próxima pauta. Pela ordem, o Deputado Simão Pedro propôs o envio de convite ao Secretário do Planejamento, para comparecer a uma reunião da Comissão, com a finalidade e debater a regionalização do Orçamento Estadual, o que foi acatado pelos seus pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, Fátima Mônica Bragante Dinardi, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência.

Aprovada em reunião de 20/03/2012.

a) Deputado Mauro Bragato - Presidente

a) Fátima Mônica Bragante Dinardi - Secretária - Analista Legislativo

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA DE 20/03/2012
EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

CARLOS AUGUSTO SAMPAIO PEREIRA, RG nº 15903963, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 21/03/2012.

(Decisão nº 693/2012);

RENATA VIEIRA POLETI, RG nº 285697183, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR II, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 16/03/2012.

(Decisão nº 694/2012);

VIVIANE MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA, RG nº 259070786, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011.

(Decisão nº 695/2012);

NOMEANDO, nos termos do inciso II do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, em virtude de aprovação em concurso público:

PATRICIA DOS SANTOS VIEIRA, RG nº 328892117, para, em Jornada Completa de Trabalho, exercer, em caráter efetivo, o cargo de AGENTE TÉCNICO LEGISLATIVO ESPECIALIZADO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo VIII - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da aposentadoria de JOSÉ MARIA COSTA.

(Decisão nº 709/2012);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 1.136, de 25 de abril de 2011:

ALCINDO SABINO DOS SANTOS, RG nº 17554830-4, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VII, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de VIVIANE MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA.

(Decisão nº 696/2012);

LUCAS DORIVAL ECHIMENCO, RG nº 7683406-2, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR V, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de RENATA VIEIRA POLETI.

(Decisão nº 698/2012);

ROBSON RENATO VIEIRA GOULART, RG nº 21775171-4, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de EDSON APARECIDO DA SILVA.

(Decisão nº 699/2012);

DESIGNANDO, a Sra. FLORINDA OMORI SALVADOR, RG. 9403138-1, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Legislativo Administrativo, do QSAL, para, no período de 9/4 a 8/5/2012, substituir o Sr. Sergio Roberto da Costa Athayde, no cargo em comissão, de Assessor-Chefe de Gabinete de Liderança, durante seu impedimento por motivos de férias.

(Decisão nº 700/2012);

CESSANDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, dos funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 5533, JOSÉ RICARDO GARCIA, a partir de 01/01/2012 (Decisão nº 701/2012);

Mat 15371, ALBERTO FERNANDES LIEUTHIER, a partir de 01/01/2012 (Decisão nº 702/2012);

Mat 16518, HENRIQUE CALEFI GUIDUGLI, a partir de 19/03/2012 (Decisão nº 703/2012);

ATRIBUINDO, Gratificação Especial de Desempenho – G.E.D., de que trata o Art. 3º, da Lei Complementar nº 1.011/07, de 15 de junho de 2007, para os funcionários abaixo-relacionados, na seguinte conformidade:

Mat 21179, EDILAINE OLIVEIRA MARIANO SILVA, GED Nível I, a partir de 01/01/2012 (Decisão nº 704/2012);

Mat 6403, MARCELO RIBAS ANTUNES, GED Nível X, a partir de 01/01/2012 (Decisão nº 705/2012);

PROCESSO DIGITAL Nº 2703/2011 (Protocolo nº 7835/2011)
Interessada: ADMINISTRAÇÃO
Assunto: Emissão de nota de empenho para atender despesas com o recolhimento do PASEP no exercício de 2012.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do contido nos autos do Processo Digital nº 2703/2011 (Protocolo nº 7835/2011), notadamente a solicitação do Serviço Técnico de Contabilidade, nos termos do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/1993, com suas alterações, DECIDE RATIFICAR o ato praticado pelo Senhor Secretário Geral de Administração concernente à abertura de nota de empenho, bem como a realização das respectivas despesas, para fins de recolhimento de contribuições ao PASEP e de parcelamento (elemento econômico nº 339047-10 - Obrigações Tributárias e Contributivas - Contribuição para a formação do PASEP /PIS e 339047-16 - Obrigações Tributárias e Contributivas - Parcelamento PASEP) no exercício de 2012.

(Decisão nº 706/2012);

PROCESSO DIGITAL Nº 2712/2011 (Protocolo nº 7844/2011)
Interessada: ADMINISTRAÇÃO
Assunto: Emissão de nota de empenho para atender despesas com o recolhimento de contribuições previdenciárias junto ao INSS dos senhores Deputados, servidores em comissão e servidores comissionados cedidos à ALESP por outras entidades ou órgãos, no exercício de 2012.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto no artigo 12, inciso r, letra "j", da Lei federal nº 8.212/1991 e dos artigos 11, inciso I, letra "h" e 55, inciso IV, da Lei federal nº 8.213/1991, com a redação dada pelo artigo 13 da Lei federal' nº 9.506/1997, considerando a solicitação do Serviço Técnico de Contabilidade, nos termos do ' artigo 26 da Lei federal nº 8.666/1993, com suas alterações, DECIDE RATIFICAR o ato praticado pelo Senhor Secretário Geral de Administração concernente à abertura de nota de empenho, bem como a realização das respectivas despesas, à conta 319013-23 - Obrigações Patronais - Previdência Social/Pessoal CLT para atender despesas com o recolhimento de contribuições previdenciárias junto ao INSS dos senhores Deputados, servidores em comissão e servidores comissionados cedidos à ALESP por outras entidades ou órgãos, no exercício de 2012.

(Decisão nº 707/2012);

PROCESSO DIGITAL Nº 2623/2011 (Protocolo nº 7478/2011)
Interessada: ADMINISTRAÇÃO
Assunto: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda. para a efetivação de assinatura da "Revista dos Tribunais ON LINE", com 10 (dez) acessos, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista do que consta do Processo Digital nº 2623/2011 (Protocolo nº 7478/2011), que cuida da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda. para a efetivação de assinatura da "Revista dos Tribunais ON LINE", com 10 (dez) acessos, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme especificações; considerando a solicitação de contratação e sua respectiva justificativa, esta complementada por manifestação de 09 de fevereiro de 2012, todas apresentadas pela Divisão de Biblioteca e Documentação do Departamento de Documentação e Informação, que acolhe; à vista da Carta de Exclusividade acostada em 27 de fevereiro de 2012; em face da manifestação do Serviço de Compras, atestando que o preço está compatível com aqueles praticados no mercado, que anui; o Parecer nº 27-1, de 2012, exarado pela Procuradoria desta Assembleia Legislativa; à vista da manifestação da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário – DPCC 0082/2012, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes para a realização da despesa ora pretendida, a qual é compatível com o Plano Plurianual PPA 2012/2015 - Lei nº 14.676/2011 (Programa 150 - Processo Legislativo) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2012 - Lei nº 14.489/2011, bem assim o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso 11, que ora ratifica; e, ainda, em face do encaminhamento do Secretário Geral de Administração, **DECIDE**:

I - **AUTORIZAR**, com fundamento no artigo 25, caput e inciso I, da Lei federal nº 8.666/1993, a contratação da EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA. para a efetivação de assinatura da "Revista dos Tribunais ON LINE" com 10 (dez) acessos pelo prazo de 12 (doze) meses, na conformidade da solicitação de contratação e da Proposta Comercial apresentada pela pretensa Contratada e anexada ao processo em 27 de fevereiro de 2012;

II- **APROVAR** a minuta de Ordem de Execução de Serviço, elaborada pela Procuradoria da Assembleia Legislativa e anexada ao seu parecer, devendo ser excluída a Cláusula IX - Prestação de Garantia de Execução;

III – **APROVAR** a realização das despesas de que trata o item I, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), nos termos da manifestação e reserva, efetuadas pelo Departamento de Finanças; e

IV – **DELEGAR** competência ao Secretário Geral de Administração para representar este Poder na assinatura da respectiva Ordem de Execução de Serviço, a qual deverá ser publicada, nos termos da legislação em vigor.

(Decisão nº 708/2012);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 20/03/2012
ATRIBUINDO, gratificação de representação aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

NOME: ANA AMALIA GUTIERREZ CARNELOSSI
RG: 4747496 Matrícula: 20542
Gratificação: Assistente Técnico Parlamentar
A partir do exercício
NOME: IVALDO COSTA FERREIRA
RG: 327862117 Matrícula: 21654
Gratificação: Assistente Parlamentar V
A partir do exercício
NOME: KELY CRISTIANE CÉLIO MORAES
RG: 406195808 Matrícula: 22788
Gratificação: Assistente Parlamentar II
A partir do exercício
NOME: MARCELO HENRIQUE DA SILVA GUILHERMINO
RG: 18334421-2 Matrícula: 14175
Gratificação: Assistente Parlamentar II
A partir do exercício

NOME: PRISCILA FIRMINO BOTI ROCHA
RG: 301594521 Matrícula: 22787
Gratificação: Secretário Parlamentar II
A partir do exercício

CESSANDO a gratificação de representação atribuída aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

NOME: HENRIQUE CALEFI GUIDUGLI
RG: 26770258-0 Matrícula: 16518
Gratificação: Assistente Técnico Parlamentar
Cessada a partir de 19/03/2012
NOME: IVALDO COSTA FERREIRA
RG: 327862117 Matrícula: 21654
Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar
A partir da posse no novo cargo

DE 19/03/2012
PROCESSO RG Nº 1729/94
Interessada: VICTORINA THEREZA FRUGOLI
Assunto: Requer desentranhamento de Certidão do INSS.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e à vista do Parecer nº 96-2/98, da Procuradoria, exarado nos autos do Processo RG. nº 18.562/86, em que figura como interessada Jeanne Marie Machado de Freitas, DEFERE a solicitação formulada por VICTORINA THEREZA FRUGOLI, RG nº 2.842.209-0, autorizando, por conseguinte, o desentranhamento da Certidão nº 21001070100076/08-7, expedida pelo INSS, mediante a substituição desta por cópia xerográfica autenticada.

EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA
PROCESSO RGE 4565/10
CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.
CONTRATADA: FMB QUEIROZ IND. & COM. DE TINTAS LTDA. - EPP
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PINTURA
VIGÊNCIA: 15 (QUINZE) DIAS
VALOR: R\$ 11.029,20 (ONZE MIL, VINTE E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS)
RECURSOS: ELEMENTO ECONÔMICO – 339030 – MATERIAL DE CONSUMO
ASSINATURA: 07/12/2011

DESPACHOS DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DE 19/03/2012
CONCEDENDO 90 dias de licença prêmio para fruição oportuna aos funcionários abaixo relacionados:

SYLVIA JUCÁ FREIRE DA SILVA, RG: 192658852, referentes ao período aquisitivo compreendido entre 14/02/2007 a 13/02/2012.

Autorizando a marcação das datas de fruição de licença prêmio requerido pelos funcionários abaixo relacionados:

SAMUEL DOS SANTOS, RG: 166382516, por meio do protocolado nº 349/95, 30 dias para fruição a partir de 01/10/2012; referentes ao período de 14/10/2002 a 13/10/2007.

ALCIDES GONÇALVES BENEVIDES, RG: 12444419, por meio do protocolado nº 1506/12, 30 dias para fruição a partir de 02/04/2012; referentes ao período de 03/06/2000 a 02/06/2005.

Autorizando a alteração das datas de fruição de licença prêmio requerido pelos funcionários abaixo relacionados:

CELSO FREIRE, RG: 11684042, por meio do protocolado nº 1518/12, de 30 dias a partir de 01/04/2012 para 30 dias a partir de 01/03/2013, no período aquisitivo de 31/07/2002 a 30/07/2007.

Concedendo à vista do pronunciamento da Divisão de Saúde e Assistência ao Servidor, licença para tratamento de saúde aos funcionários abaixo relacionados:

Inicial
ADRIANA CORREIA DE SOUZA SILVA, RG: 253784876, 2 (dois) dias a partir de 23/02/2012;
ELIANA APARECIDA BASTOS COSTA, RG: 12771930, 5 (cinco) dias a partir de 19/03/2012

Inicial ex-offício
MARIA MARGARETE FERREIRA NOGUEIRA, RG: 15503038, 90 (noventa) dias a partir de 24/02/2012;
MARCOS VINÍCIUS VIEIRA ARRUDA, RG: 328101540, 60 (sessenta) dias a partir de 06/03/2012.

Prorrogação ex-offício
ELCIO FIORI DE GODOY, RG: 142037941, 90 (noventa) dias a partir de 15/03/2012.

Prorrogação
ADRIANA CORREIA DE SOUZA SILVA, RG: 253784876, 1 (um) dia a partir de 12/03/2012

Gestante pós parto
PAMELA REGINA BARBOZA LEVY, RG: 407314143, 180 (cento e oitenta) dias a partir de 02/03/2012.

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos torna pública a unidade de lotação do(s) funcionário(s) abaixo relacionado(s), a partir da data do exercício:

TAINAN FIRMINO DA SILVA, RG nº 490326018, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.55 - ORLANDO MORANDO JÚNIOR, a partir de 08/03/2012

HILDA MARIA SILVA DE SOUZA, RG nº 381914549, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.75 - ELISABETH SAHÃO, a partir de 09/03/2012

BEATRIZ SILVA GIUDICIO, RG nº 438763373, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.93 - MARIA REGINA GONÇALVES, a partir de 09/03/2012

LENILDA RODRIGUES DE ANDRADE, RG nº 220240462, no(a) GABINETE DA 4.SECRETARIA, de 12/03/2012 a 13/03/2012

MARCELO PELLACANI GAMBINI, RG nº 149739308, no(a) GABINETE DE LIDERANCA DE REPRESENTACAO PARTIDARIA N.02 (PDT), a partir de 12/03/2012

MARCOS ANTONIO FERREIRA SANTOS, RG nº 16301749, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.02 - JOÃO ANTONIO SILVA FILHO, a partir de 15/03/2012

JUANE RAFAELA DA SILVA BOTELHO, RG nº 41667639X, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.28 – MARCO AURELIO SANTOS NEVES, a partir de 13/03/2012

JOSE EUDES SILVA DE LIMA, RG nº 214608372, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.75 - ELISABETH SAHÃO, a partir de 12/03/2012

DANIELA BIN EIJZENBERG, RG nº 224793640, no(a) SERVIÇO DE CONFERENCIA DE DEBATES, a partir de 20/03/2012

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos torna pública a remoção do(s) funcionário(s) abaixo relacionado(s):

MÔNICA LEÃO SICCA, RG nº 111245059, para o(a) GABINETE DE LIDERANCA E REPRESENTACAO PARTIDARIA N.15 (LID GOVERNO), a partir de 09/03/2012

CLEUZA MARIA TONETTI DE SOUZA LIMA, RG nº 81783620, para o(a) GABINETE DE DEPUTADO N.84 - ORLANDO JOSÉ BOLÇONE, a partir de 09/03/2012

CARMEN SILVIA VALIO DE ARAUJO, RG nº 84004356, para o(a) GABINETE DE LIDERANCA E REPRESENTACAO PARTIDARIA N.15 (LID GOVERNO), a partir de 09/03/2012